

## EXTRATO DA ACTA N.º 50 DA ASSEMBLEIA-GERAL DA STCP, S.A.

Aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e onze, pelas onze horas, reuniu na sua sede social, na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 – 13º, Porto, a Assembleia-Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. com o número de identificação de pessoa coletiva e de registo na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto 500246467, com o Capital Social de 79.649.000,00 euros, com a presença do acionista único.

.....

Iniciaram-se os trabalhos pela análise do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos – Deliberar sobre o Relatório de Gestão e de Desenvolvimento Sustentável e as Contas do exercício de 2010, documentos estes acompanhados do Relatório Anual do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria, todos apensos a esta acta.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral concedeu a palavra à Senhora Presidente do Conselho de Administração, Dra. Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes, para apresentar os aspectos mais relevantes do Relatório.

No uso da palavra, a Senhora Presidente do Conselho de Administração fez uma resenha das notas marcantes do exercício de dois mil e dez, tendo afirmado:

"Senhor Representante do Accionista Estado

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e demais membros

Senhor Presidente do Conselho Fiscal e demais membros

Senhor Dr. Carlos Santos, Revisor Oficial de Contas da STCP





O exercício de 2010 foi marcado pela aprovação das medidas de austeridade que registaram uma fase mais determinante na parte final do ano com a aprovação do OE 2011, definidor de um conjunto de medidas específicas para o SEE, impondo a este a aplicação das regras vigentes na função pública em vários aspectos do estatuto remuneratório dos trabalhadores.

Se analisarmos a evolução da STCP em 2010 podemos concluir que a empresa registou positivamente:

a) O aumento de:

- Procura em quase 1% (cerca de 1 M de validações)
- Número médio dos clientes titulares de assinatura para 148.000 (mais 3.000)
- Segmento dos clientes intermodais para 36,8% (mais 4,8 pp)
- Oferta em mais de 3% (quase 1 M veiculos\*km)
- Rendimentos operacionais da prestação de serviço em 3,4% (cerca de 1,6 M€)
- Taxa de cobertura dos gastos operacionais para 65,6% (mais 9,1%)

b) A redução de:

- Taxa de absentismo global para 7,2% (menos 1,1 pp)
- Taxa de absentismo do pessoal tripulante para 7,4% (menos 1,7 pp)
- Défice operacional para 9,3 M€ (menos 42% ou seja 6,6 M€)
- Peso dos gastos com pessoal nos gastos totais para 36,2% (menos 5,2 pp)
- Gastos operacionais em 6,7% (quase 6 M€)
- Gasto operacional por km em 9,8% (para 2,74€/km)
- Reclamações em 20% (menos 515 reclamações)
- Juros suportados para 8,3 M€ (menos 0,9 M€)
- *All-in* médio do endividamento para 3,012% (menos 0,186 pp).

Pf.



A todos estes dados positivos deve acrescentar-se a confirmação inequívoca da opinião dos clientes da STCP, expressa nos resultados do Inquérito à Satisfação do Cliente ao avaliarem de uma forma generalizadamente positiva ou muito positiva a evolução da empresa nos últimos anos, que constituiu um incentivo reforçado à forma determinada com que são continuamente prosseguidos os objectivos de uma crescente qualidade e eficiência.

Pode assim constatar-se que a empresa prosseguiu, em 2010, um percurso de racionalização de processos internos e de ajustamento regular da oferta à procura, no sentido de uma crescente eficiência, com resultados obtidos que os dados reais também espelham.

Simultaneamente abriam-se, ainda em 2010, perspectivas de arranque para uma nova fase em que o ritmo da reestruturação se intensificasse numa perspectiva clara de criar condições para, até 2019, a STCP poder estar apta a integrar-se no regime a aplicar ao sector do transporte público de passageiros: pela contratualização das obrigações de serviço público e pela concretização de um plano de reequilíbrio económico-financeiro, cujas propostas fundamentadas apresentou em devido tempo às Tutelas, sectorial e financeira. Aquela primeira proposta incluía algumas medidas menos comuns e mais difíceis, que o contexto extraordinário de crise tornava viáveis em termos de implementação: são disso exemplo a redução drástica dos títulos do tarifário monomodal STCP, o reajustamento do efectivo em Recursos Humanos e a diminuição gradual da subcontratação de serviço a operadores rodoviários privados ou a própria eliminação de linhas sem justificação comercial nem base social suficiente.

A expectativa de arranque gorou-se na exacta medida em que as diversas propostas caíram numa situação de impasse que até hoje se mantém, não tendo sequer havido despacho do requerimento apresentado à Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional (SEEFP) para uma autorização especial de concretização de acordos de rescisão amigável de contrato com até

17



120 trabalhadores excedentários, com rápida recuperação do gasto com indemnizações a pagar e uma economia esperada anual de gastos com pessoal na ordem de 2,9 M€. Processo este sem qualquer dificuldade de concretização já que fora previamente confirmado o acordo à cessação por trabalhadores interessados e não houve oposição da estrutura representativa dos trabalhadores.

Este é seguramente o principal dado negativo de 2010 porque dependeria de todo aquele processo a consolidação da reestruturação, reequilíbrio de contas, reforço da eficiência e melhoria da qualidade em que a empresa tem colocado o máximo esforço.

Em paralelo, continua a merecer destaque negativo a insuficiência persistente de cobertura, pelo accionista, dos défices operacionais (apenas parcialmente cobertos por Indemnizações Compensatórias em montante determinado sem qualquer critério justo ou mesmo lógico, que se conheça), do investimento por si autorizado e dos gastos financeiros que o endividamento crescente provoca.

Da evolução registada nos últimos 5 anos fica evidente o ritmo rápido de degradação a que urge dar solução e que será especificamente analisado aquando da discussão relativa à situação da empresa face ao prescrito no art. 35 do Código das Sociedades Comerciais:

	2005	2006	2007	2008	2009 *	2010	2010/2005
Em 1000 €							
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-149,9</b>	<b>-175,5</b>	<b>-201,9</b>	<b>-247,2</b>	<b>-237,3</b>	<b>-275,7</b>	83,9%
<b>PASSIVO</b>	<b>226.624</b>	<b>246.890</b>	<b>292.027</b>	<b>322.225</b>	<b>348.25</b>	<b>390.493</b>	72,3%
<b>ENDIVIDAMENTO</b>	<b>211.095</b>	<b>230.238</b>	<b>260.861</b>	<b>270.661</b>	<b>287.65</b>	<b>309.862</b>	46,8%

\* Em SNC

B7



De registar, finalmente, os reflexos negativos nos resultados financeiros pelo efeito gravoso da valorização ao justo valor, em 31 de Dezembro de 2010, das duas únicas operações de swap, de 25 M€ cada, contratadas em 2007 na perspectiva da redução e diversificação do risco da taxa de juro. A descida da Euribor abaixo do limite inferior de 2%, e os demais factores condicionantes da valorização, traduziram-se numa contabilização de perdas financeiras levadas à conta de resultados financeiros do exercício no montante de 20 M€, reflectidos correspondentemente nos resultados líquidos.

Apesar de todos os factores envolventes negativos, com repercussões especialmente graves em empresas essencialmente dependentes do financiamento bancário e, em particular, empresa públicas, temos vindo a encarar de frente os problemas e a procurar, com entusiasmo e com a criatividade de que somos capazes, encontrar soluções de difícil equilíbrio entre a redução de custos e a preservação de um serviço essencial, com qualidade, aos clientes, promovendo também, dinamicamente, a expansão da intermodalidade.

Lembrando a este propósito que, no tempo presente em que a procura do Transporte Público aumenta por força das maiores dificuldades económicas da população, a importância reconhecida do serviço social que a STCP presta assume carácter essencial, devendo ter-se em conta o peso que já vem representando na actividade global da empresa e o volume dos gastos que lhe estão associados:



<b>STCP - Serviço Social</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009 POC</b>	<b>2010 SNC</b>
<b>KM SERVIÇO SOCIAL</b>	9.038.17	8.513.585	8.610.226	8.398.130	9.911.215
% km serviço social	28%	29%	29%	29%	23%
<b>Títulos Sociais</b>	594.772	539.464	502.841	471.218	458.685
% insuficiência tarifária	13%	14%	13%	12%	12%
Custo km Serviço Social (m€)	<b>17.135</b>	<b>17.284</b>	<b>17.616</b>	<b>18.091</b>	<b>20.388</b>
Insuficiência tarifária líquida (m€)	<b>6.784</b>	<b>6.345</b>	<b>6.225</b>	<b>5.909</b>	<b>5.904</b>
<b>Custos Serviço Social (m€)</b>	<b>23.920</b>	<b>23.629</b>	<b>23.841</b>	<b>24.000</b>	<b>26.292</b>

Esperamos saber, e poder, ultrapassar as dificuldades que 2011 nos está a colocar, desde o acentuado agravamento do preço de mercado dos combustíveis, à dificuldade em determinar o ponto de equilíbrio da racionalização da oferta e aos problemas sociais que influenciam e degradam o nível de produtividade dos RH. Procuraremos sempre, com até aqui, sustentar a actividade que constitui, desde há 140 anos, a razão de ser da STCP, com a obrigação de defender afinal o futuro daquela que é a empresa de transportes de passageiros mais antiga no País e a maior da Área Metropolitana do Porto."

Uma vez terminada esta intervenção, a representante da totalidade do capital social votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas da STCP, referentes ao exercício de 2010, atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e o parecer favorável do Conselho Fiscal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral informou que se passaria à discussão do segundo ponto da Ordem de Trabalhos, ou seja, deliberar sobre a proposta de aplicação de



resultados do exercício de 2010, apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado, no montante de 37.677.163,38 euros (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e três euros e trinta e oito cêntimos), ser integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Usou da palavra a representante do capital social que votou favoravelmente a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2010, no montante de 37.677.163,38 euros (trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e três euros e trinta e oito cêntimos) ser transferido para a conta de Resultados Transitados.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral anunciou que se iria entrar na discussão do terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, ou seja, deliberar sobre as Contas Consolidadas de 2010.

Após uma breve explicação da Senhora Presidente do Conselho de Administração sobre as participações da STCP, a representante do accionista votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação das contas consolidadas da STCP, referentes ao exercício de 2010, atentas as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e o Parecer favorável do Conselho Fiscal.

.....  
Está conforme o original

O Secretário da Mesa da Assembleia-Geral

(Dr. Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres)